



1 **ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO CMAS, REALIZADO EM 20/07/2017**

2 Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões do Gabinete da  
3 Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos  
4 Humanos – SDSJPDDH – localizada à sede da Prefeitura do Recife – sexto andar, às  
5 catorze horas e dez minutos, em segunda convocação, teve início a Reunião Plenária  
6 Ordinária do CMAS, sob a coordenação da Presidente Maria de Lourdes de Sousa, com a  
7 seguinte pauta: **1. Aprovação das Atas das reuniões plenárias dos dias 24 de maio e 28**  
8 **de junho; 2. Relatos das Comissões e Grupos de Trabalho: 2.1. Comissão de Normas e**  
9 **Fiscalização: Pendências de algumas entidades (Monitoramento); Reunião com a**  
10 **Gerente Geral de Operações da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas da**  
11 **SDSPDDH – Mileane Aguiar; 2.2. Comissão de Orçamento e Finanças: Plano de**  
12 **Aplicação de recursos referentes ao cofinanciamento das Ações Estratégicas da PETI;**  
13 **Prestação parcial de contas da Pré-conferência e da Conferência; 2.3. Comissão**  
14 **Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social do Recife: Pré-**  
15 **conferência – Avaliação; XI Conferência Municipal de Assistência Social do Recife; 3.**  
16 **Processo eleitoral da Sociedade civil – biênio 2017/2019; 4. Informes Gerais.** Estiveram  
17 presentes os/as seguintes Conselheiros/as: Maria de Lourdes de Sousa – Casa Menina  
18 Mulher – CMM; Ana Farias - Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas  
19 Sobre Drogas e Direitos Humanos – SDSJPDDH; Jara Pereira Lins – Secretaria de  
20 Mobilidade e Controle Urbano; Paula Carneiro Machado Lins – Secretaria de Educação;  
21 Itamar Sousa de Lima Júnior – Conselho Regional de Psicologia – CRP; Gimilson Marques  
22 da Silva – CRA-PE; Andrea Silveira Mascarenhas – Associação de Pais, Amigos e Pessoas  
23 com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade – APABB; Kadja  
24 Camilo Pacheco – CASAROSA – Associação de Assistência às Mulheres com Câncer de  
25 Mama de Pernambuco; Maria do Livramento de Aguiar – Instituto Dom Helder Câmara –  
26 Casa Frei Francisco; Valéria Cristina Alves de Santana – Centro de Reabilitação de  
27 Valorização da Criança – CERVAC; Telma Muniz – CIEE; Eliane Maria de Castro Silva –  
28 Inspeção Salesiana do Nordeste; Osvaldo Alexandre Celestino de Amorim – Representante  
29 de Usuários. Conforme frequência anexa. A Presidente Maria de Lourdes de Sousa  
30 (Lourdinha) iniciou a reunião saudando a todos/as, agradecendo a presença de  
31 organizações que atenderam ao convite. Justificou a ausência da Vice-Presidente Ana  
32 Farias, a qual se encontra em São Caetano, para abertura da Conferência municipal da  
33 citada cidade e da Conselheira Amanda Belo. Estas duas conselheiras justificaram a  
34 ausência antecipadamente. Em seguida fez a leitura da Pauta para conhecimento e  
35 possíveis alterações ou acréscimo. Não havendo manifestação nesse sentido, passou-se ao  
36 primeiro ponto de pauta: **1. Aprovação das Atas das reuniões plenárias dos dias 24 de**  
37 **maio e 28 de junho.** Lourdinha consultou se havia alguma observação, visto que as atas  
38 foram enviadas para os/as conselheiros/as antecipadamente. A própria Lourdinha fez a  
39 observação quanto a encaminhamentos que estão referidos em ata do e não foram  
40 providenciados. E sugeriu que os encaminhamentos sejam extraídos das atas para serem  
41 executados. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia) referiu, nesse sentido, que ficou de  
42 ser enviado o calendário das reuniões de rede pela Gerência da Proteção Básica, para que  
43 o Conselho encaminhasse para as instituições e não foi feito. A conselheira pediu que seja  
44 oficializado através de um documento do Conselho, solicitando que seja enviado o  
45 calendário, dando um prazo para essa resposta, porque a mesma conversou com pessoas  
46 de várias instituições da Sociedade Civil, as quais informaram que não participam de



47 reuniões de rede porque não são informadas/convidadas. A outra observação da conselheira  
48 foi acerca do Segundo Seminário sobre Convivência Familiar e Comunitária, do qual a  
49 mesma participou em Belo Horizonte, teve como foco principal a construção dos parâmetros  
50 para maior incidência, técnico e política do trabalho com família. Na avaliação da  
51 conselheira, dentro das academias e dentro do trabalho da política, ainda hoje não existe um  
52 trabalho consistente, técnico e político do trabalho com família. Na ata do dia vinte e oito de  
53 junho, Lourdinha destacou a linha trinta e sete, uma fala da mesma acerca do documento do  
54 MROSC, onde está posto: **que já está na mesa do Procurador**, deve dizer: que **Lourdinha**  
55 **teve a informação de que o MROSC já está na mesa do Procurador**. Na linha quarenta e  
56 quatro: está repetido **para as entidades**. Continuando, Lourdinha chamou a atenção que,  
57 mesmo tendo o cuidado para a ata não ficar tão extensa, a fala referente à apresentação do  
58 MROSC ficou resumida demais. Que não é preciso esmiuçar, mas que sejam colocados os  
59 pontos principais apresentados, que inclusive não foi enviado ainda para o Conselho, o  
60 material prometido. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia) completou que este é um  
61 encaminhamento que precisa ser feito, (solicitar o envio do material), de forma institucional,  
62 do CMAS para a instituição Mirim Brasil, porque foi através dela que a Silvia veio representar  
63 o MROSC. A Assistente Social Elza, responsável pelas transcrições de atas, trouxe a  
64 preocupação, tanto da mesma como da Secretária Executiva Silvia, porque já houve  
65 orientação para evitar que a ata fique muito extensa. No caso específico, havia a promessa  
66 da responsável pela apresentação de que enviaria o material. Desse modo, houve o  
67 entendimento de que com o envio do material a todos/as, não seria necessário reproduzir na  
68 ata a apresentação. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia) se posicionou no sentido de  
69 que seja pontuado o que é importante para o entendimento do que é o MROSC hoje. Que  
70 mesmo que haja o envio do material, mas a ata, como documento público deve dizer o que  
71 foi apresentado aqui. Lourdinha ainda fez observação a respeito da linha cento e trinta e  
72 seis, onde está posto: **considerando que esta composição poderá mudar** – que está  
73 confuso. E continuando, na linha cento e cinquenta e sete, ao invés da palavra: **candidatas**,  
74 colocar: **candidaturas**. Na linha cento e setenta e dois, não fica clara a ideia do que Ana  
75 Farias falou sobre a mobilização de usuários, porque foi dito que houve mobilização do  
76 CMAS para a participação de usuários no Conselho, mas não houve, da parte do  
77 Conselheiro Osvaldo, como representante do segmento de usuários/as, empenho para  
78 mobilizar os/as usuários/as para participar como candidatos/as na citada eleição. Na linha  
79 cento e setenta e nove não fica clara a informação sobre a Creche Nossa Senhora do  
80 Rosário, como se estivesse faltando alguma palavra. Finalizando, Lourdinha referiu a linha  
81 cento e oitenta e nove, sobre a votação para aprovação da inscrição de entidade, onde  
82 consta a palavra **autorizada**, substituir por **aprovada**. Nada mais havendo para observar, e  
83 posta em votação, as referidas atas foram aprovadas, com a ressalva de que sejam  
84 procedidos os ajustes. Seguindo a pauta passou-se ao segundo ponto: **2. Relatos das**  
85 **Comissões e Grupos de Trabalho** iniciado pela **Comissão de Normas e Fiscalização:**  
86 **Pendências de algumas entidades (Monitoramento)**. A Assistente Social Elza iniciou  
87 lembrando que este é um retorno sobre o acompanhamento que vem sendo feito a partir da  
88 leitura dos Relatórios e Planos de Ação, que teve como desdobramento a atendimento às  
89 entidades que foram percebidas pendências. No dia vinte e nove de junho foram atendidas  
90 as entidades: 1. Comissão Pastoral da Terra – CPT – encaminhamento: refazer o Plano de  
91 Ação e Relatório, contemplando as ações efetivadas na cidade do Recife e com usuários/as  
92 do Recife. A Assistente Social Flávia complementou que foi dado um prazo de dez dias úteis



93 para a entrega da correção e a entidade entregou no prazo e, já está agendada visita das  
94 Conselheiras da Comissão de Normas com a equipe técnica para entidade. A coordenadora  
95 da Comissão de Normas, Conselheira Maria do Livramento (Lívia) complementou ainda que  
96 nesse trabalho que a comissão vem fazendo também está sendo revista a natureza de  
97 algumas entidades. 2. Grupo de Mães da Amizade dos Torrões – encaminhamento: refazer  
98 o Plano de Ação e Relatório, contemplando as ações realizadas de fato. Também enviou no  
99 prazo e também será novamente visitada. Outras entidades estavam agendadas e não  
100 compareceram como: Associação Sul-Brasileira de Educação e Assistência Social –  
101 ASBEAS; Grupo de Mães do Ipsep – Creche Brasil. A Santa Casa de Misericórdia que pediu  
102 reagendamento, compareceu esta semana, dia dezessete de julho. A Santa Casa de  
103 Misericórdia é inscrita e é mantenedora das seguintes entidades que constam como  
104 atividades socioassistenciais: Centro Geriátrico Padre Venâncio; Educandário Magalhães  
105 Bastos; Educandário Casa da Providência e Instituto Antônio Pessoa de Queiroz, todas  
106 também inscritas. Na conversa ficou acertado que estas entidades que são mantidas pela  
107 Santa Casa terão as inscrições canceladas, ficando inscrita apenas a mantenedora. A  
108 Assistente Social Flávia também complementou que a representante da Santa Casa foi  
109 orientada para que entregue um novo Relatório e Plano de Ação que sejam feitos de forma  
110 mais específica, contendo as ações socioassistenciais, porque tem sido entregue de forma  
111 muito genérica, contemplando inclusive as ações de saúde e educação. Novamente foi dado  
112 um prazo de dez dias úteis para entrega. A Associação Sul-Brasileira de Educação e  
113 Assistência Social – ASBEAS, cujo entendimento na leitura dos documentos é de que tem  
114 como preponderância a educação. A ASBEAS justificou a ausência na primeira data, que  
115 também foi remarcada para o dia dezessete, porém, dessa vez nem compareceram nem  
116 justificaram. A Assistente Social Flávia complementou com o Grupo de Mães do Ipsep –  
117 Creche Brasil, cuja preponderância é educação. Na reunião com a equipe técnica houve o  
118 entendimento por parte da dirigente de que, de fato não realiza atividade socioassistencial, e  
119 que inclusive não tem como, no momento, realizar projeto socioassistencial, de modo que a  
120 mesma compreendeu que não poderá ser mantida a inscrição no CMAS. **Demanda de**  
121 **Inscrição:** Foi apresentada pela Assistente Social Flávia a entidade Grande Circo Arraial –  
122 Escola Pernambucana de Circo, a qual já foi inscrita no CMAS, mas perdeu a inscrição por  
123 falta de entrega de Relatório/Plano de Ação. A citada técnica fez a visita e encontrou a  
124 entidade funcionando e presenciou algumas atividades. A equipe técnica deu parecer  
125 favorável para inscrição e a Comissão de Normas também. Dando continuidade, a  
126 Conselheira Maria do Livramento (Lívia) mencionou as reuniões previstas/agendadas para a  
127 Comissão de Normas. Além do que seria apresentado, estão previstas: no dia vinte e quatro  
128 sobre Comunidades Terapêuticas e Reunião com representante do Banco de Alimentos dia  
129 trinta e um de julho. As reuniões da comissão têm acontecido sempre às segundas feiras.  
130 As discussões sobre as Comunidades Terapêuticas foram iniciadas com a **Reunião com a**  
131 **Gerente Geral de Operações da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas da**  
132 **SDSPDDH – Mileane Aguiar**, para quem foram feitas muitas perguntas, com o objetivo de  
133 entender como está sendo efetivada a política sobre drogas no município, considerando o  
134 fato de que historicamente, quando há mudança de gestão ocorrem quebras. A Conselheira  
135 Maria do Livramento (Lívia) continuou que vem acompanhando desde dois mil e treze, o  
136 trabalho voltado para o combate às drogas, e houve o anúncio da implantação do Programa  
137 Atitude na cidade do Recife, que por muitas questões não aconteceu. Na apresentação da  
138 gerente Mileane foi visto que existem trabalhos na linha de prevenção outros na área de



139 trabalho efetivo, mas o que se viu é que está ainda muito no desenho. Foi citado que havia  
140 sido feitas palestras em algumas escolas; outras propostas ainda vão ser efetivadas, porém,  
141 foi questionada qual a interlocução com quem já vem trabalhando historicamente no  
142 enfrentamento da questão das drogas; as entidades Saravida e Ruas e Praças, para que se  
143 veja o que já foi construído. Ficou de ser encaminhado o trabalho, conforme pedido, com os  
144 números das ações e usuários/as contemplados/as, porém, até este dia não foi enviado. A  
145 Conselheira Maria do Livramento (Lívia) justificou a necessidade dessa aproximação, tendo  
146 em vista que a questão da droga não está inserida na Política de Assistência, e se percebe  
147 que ainda há um olhar muito incidente sobre a saúde, no entanto, ninguém pode assumir  
148 sozinho essa questão e ainda, estão inseridas na Política de Assistência instituições que  
149 trabalham essa questão, o que nos obriga a estudar mais para se apropriar a respeito do  
150 tema. Essa a razão para querer ouvir esta gerência. A Conselheira Telma complementou  
151 que na apresentação, além de informado de programas que ainda serão implementados no  
152 segundo semestre, não houve a demonstração em números do que está sendo efetivado.  
153 Então foi pedido que fosse remetido ao Conselho os usuários que estão sendo alcançados e  
154 os números do que vem sendo feito e o calendário do que vai acontecer. muito embora  
155 tenha sido justificado que o que foi apresentado se encontra na plataforma, a qual pode ser  
156 acessada mas não pode ser copiada para salvar e enviar ao Conselho, resta a necessidade  
157 de que se remeta os números. Lourdinha também complementou a necessidade do  
158 Conselho no sentido da questão sobre Comunidades Terapêuticas. Esse tema vem sendo  
159 trabalhado pela equipe técnica e pela comissão, e suscita muitas dúvidas. De modo que é  
160 necessário que a gerência ofereça dados mais concretos para subsidiar o Conselho sobre  
161 esses elementos. A ideia é que a gerência também venha para apresentar no Pleno. A  
162 Conselheira Telma lembrou, conforme proposto anteriormente, que as próximas  
163 apresentações sejam feitas em Pleno Extra, já que toma muito tempo e acaba prejudicando,  
164 tanto a apresentação e a discussão sobre os temas, como a pauta com as outras demandas.  
165 A Conselheira Maria do Livramento (Lívia) ainda mencionou a necessidade de uma atenção  
166 sobre o que está ocorrendo em cidades como São Paulo, com a retirada de usuários/as de  
167 drogas das ruas de modo compulsório e desumano. Para que não venha a se tornar uma  
168 prática generalizada. E, para finalizar, a pauta com o Banco de Alimentos, tendo em vista  
169 que tivemos a informação de que existem cerca de trezentas instituições inscritas nesse  
170 Programa, das quais, nem a metade está inscrita no CMAS. Daí o número significativo de  
171 entidades que tem buscado a inscrição. Então, considerando que muitas instituições  
172 realizam a Política de Assistência e não estão inseridas no Banco de Alimentos, enquanto  
173 outras que fazem só a distribuição, estão sendo contempladas, o que tem rebatimento sobre  
174 as ações do controle social. Em vista do exposto a Conselheira Maria do Livramento (Lívia)  
175 convidou a quem quiser participar da reunião com o Banco de Alimentos que vai ocorrer no  
176 próximo dia trinta e um, está aberto o convite. Lourdinha ainda lembrou que o convite  
177 também se estende ao encontro do dia vinte e quatro, segunda feira, com os Conselhos de  
178 Psicologia; Serviço Social; Saúde e o CEAS; cujo tema será: Comunidades Terapêuticas, às  
179 nove e meia da manhã, na Sala de Reuniões. Vencido esse ponto de pauta passou-se ao  
180 seguinte: **2.2. Comissão de Orçamento e Finanças: Plano de Aplicação de recursos  
181 referentes ao cofinanciamento das Ações Estratégicas da PETI**, Lourdinha apresentou,  
182 tendo em vista ausência da coordenadora (Conselheira Amanda do CREFITO). Mencionou o  
183 envio, pela Secretaria, do plano acima referido, que foi apresentado na comissão pela  
184 gerente Valéria e além desta: Gabriel, Sueli e Silvio. Trata-se de um Plano que ainda vai ser



185 executado e que suscitou muitas dúvidas que foram sendo esclarecidas pelos  
186 representantes acima mencionados. A dificuldade se deu porque foram apresentadas várias  
187 planilhas que dificultava o entendimento por causa da linguagem. Lourdinha explicou que foi  
188 reiterado o pedido para que a equipe financeira use linguagem mais acessível. Gabriel foi  
189 explicando a planilha de modo que ajudou o entendimento. Estiveram presentes: Lourdinha,  
190 Amanda, Maria do Livramento (Lívia), Jara e Ana Farias. Com as explicações dadas a  
191 Comissão aprovou e recomenda a aprovação do Plano, porque precisa dessa aprovação  
192 para ser enviado para o MDSA, mas ainda não sabe se vai que vai receber o recurso, no  
193 entanto, já terá que ser colocado em ação. A Comissão de Orçamento e Finanças fez uma  
194 declaração por escrito, recomendando ao município o Plano de Aplicação de recursos Ações  
195 Estratégicas da PETI na cidade do Recife, no que se refere a despesas a contratar, com os  
196 recursos repassados de junho a dezembro. Lourdinha esclareceu que valores constantes de  
197 orçamento não significam que estão à disposição. Pode ser que estejam apenas  
198 empenhados. Desse modo, o período acima referido é o que está previsto para a execução,  
199 mas ainda não houve nenhuma ação. A Comissão ainda pediu que a receita e despesas  
200 fossem discriminadas detalhadas, de modo que seja possível o entendimento de todos/as. A  
201 Conselheira Maria do Livramento (Lívia) complementou que o PETI hoje é o Serviço de  
202 Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizado apenas pela gestão e não mais por  
203 instituições como era antes. A conselheira comentou sua crítica ao modelo proposto, porque  
204 considera que houve perda nesse modelo, tendo em vista participar do Fórum Estadual de  
205 Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FETETIPE, que reúne instituições, não só do  
206 Recife como de todo o estado. A mesma refere que esta crítica é a de todos participantes  
207 desse fórum que inclui o Ministério Público. Desse modo, a Conselheira Maria do Livramento  
208 (Lívia) reiterou a necessidade de haver uma discriminação acerca do montante a ser  
209 recebido e dos gastos, ressaltando que quer saber o que significa cada rubrica. Ainda sobre  
210 a FETETIPE, a conselheira destacou que quem atua com a problemática de violações de  
211 direitos de crianças e adolescentes tem trazido a crítica a respeito dos dados levantados no  
212 estado de Pernambuco, que referem apenas um registro de ocorrência de acidente, no  
213 entanto, é sabido que existe um número grande de crianças e adolescentes vítimas de todo  
214 tipo de acidentes em decorrência do trabalho infantil. Portanto as violações são muito  
215 graves. E, tendo em vista a responsabilidade ao aprovar gastos, se faz necessário saber  
216 claramente, de forma discriminada, o que está previsto de gasto, pois não conhece nem uma  
217 instituição que tenha recebido capacitação. No entanto, está discriminado gasto com  
218 capacitação e é muito sério, como Conselheira dar respaldo a isso. Então propõe que na  
219 declaração por escrito sejam estabelecidas as exigências do Conselho que na resposta seja  
220 incluído o que tem sido feito no município e no estado, fazendo fortalecimento e apoio.  
221 Porque muitas crianças e adolescentes que vêm do interior estão fazendo trabalho  
222 doméstico nas casas, nas feiras, carregando carroças. Então o problema perpassa o  
223 território e se faz necessário um olhar mais amplo e uma prestação de contas mais  
224 abrangente. Lourdinha complementou que o valor previsto é de cento e setenta mil,  
225 seiscentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos. Então propôs que uma ou  
226 duas pessoas se responsabilizem por oficializar esses pedidos. A Conselheira Maria do  
227 Livramento (Lívia) se prontificou a fazer esse trabalho. Lourdinha deixou a cargo da  
228 Conselheira Maria do Livramento (Lívia) e que a mesma entregue à Equipe técnica.  
229 Lourdinha ainda informou que a Comissão de Finanças já fez diversas solicitações. A  
230 Conselheira Maria do Livramento (Lívia) pediu que fosse lido, do documento apresentado,



231 quais são os tópicos listados. A Secretária Executiva Sílvia fez a leitura do detalhamento  
232 recebido, informando que não se trata de valor recebido e sim de previsão de junho a  
233 dezembro. Ou seja, é só um planejamento. A Conselheira Telma irá participar com a  
234 Conselheira Maria do Livramento (Lívia) na elaboração dos ofícios. Lourdinha retomou,  
235 explicando que apesar das ressalvas, a Comissão de Orçamento e Finanças recomendou a  
236 aprovação, mesmo com as ressalvas, lembrando que está sendo aprovado apenas o Plano.  
237 Submetido à votação foi aprovado por unanimidade. Continuando, Lourdinha apresentou a  
238 **Prestação parcial de contas da Pré-conferência**, que foi trazida pela Gerente de Unidade  
239 de Administração, Reniele Silva de Oliveira. Lourdinha explicou que essa prestação é parcial  
240 porque diz respeito somente à Pré-Conferência, lembrando que para a realização da Pré-  
241 Conferência (para duzentas pessoas) e da Conferência (para cento e cinquenta pessoas) foi  
242 disponibilizada a quantia de cem mil reais. Então totaliza trezentas e cinquenta pessoas.  
243 Ainda informou que para realização dos dois eventos a responsabilidade está a cargo da  
244 CONCAPE, que é uma empresa de eventos que também é responsável por outros eventos  
245 da SDSJPDDH. Ricardo Rattacaso, Apoio Administrativo do CMAS apresentou o  
246 detalhamento com o auxílio do Datashow. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia)  
247 perguntou quantas pessoas estiveram presentes na Pré-Conferência e Ricardo respondeu  
248 que estiveram cento e setenta e oito, de um total de duzentas e três inscritas. Os gastos  
249 relacionados foram com Banner; Porta banner; canetas; locação de Notebook (quatro para  
250 credenciamento; um no auditório e um na sala de apoio); cinco impressoras (quatro térmicas  
251 e uma a laser); um Datashow; Telão; serviço de som; sistema de credenciamento; poltronas;  
252 púlpito acrílico; serviço fotográfico; digitadores; coordenador; técnico de informática;  
253 operador audiovisual; palestrante; Mestre de Cerimônias; tradutores de LIBRAS; hotel (com  
254 salas, coffee break e almoço); ajuda de transporte. Totalizando, a prestação de contas do  
255 valor gasto até a presente data foi de trinta mil, quinhentos e quarenta e seis reais, restando  
256 ainda pouco mais de sessenta e nove mil e quatrocentos reais. Lourdinha lembrou que havia  
257 sido pedido cento e cinquenta bolsas, mas depois foram acrescentadas mais dez, para que  
258 sejam disponibilizadas para os/as convidados/as. A Conselheira Telma lembrou que os  
259 gastos serão maiores na Conferência, porque são dois dias e ainda haverá as bolsas. Sílvia,  
260 a Secretária Executiva, informou que do valor total de cem mil reais, se não for gasto todo, o  
261 que sobrar volta para a SDSJPDDH; e se extrapolar o valor dado eles farão um rearranjo.  
262 Dando continuidade Lourdinha passou para o próximo ponto: **2.3. Comissão Organizadora**  
263 **da XI Conferência Municipal de Assistência Social do Recife: Pré-conferência –**  
264 **Avaliação**, explicando que esta comissão gostaria de ouvir de quem esteve na Pré-  
265 Conferência uma avaliação. A própria Lourdinha iniciou informando que foram pedidos os  
266 dados, imediatamente após a Pré-Conferência, para ter um parâmetro em que se basear, e  
267 ver o que não ficou como desejado e o que foi positivo. Prosseguiu fazendo menção às  
268 vagas destinadas às entidades, que se mostraram insuficientes, visto que se esgotaram  
269 imediatamente. E em relação ao número de participantes, das noventa vagas preenchidas  
270 pelas entidades, apenas vinte e oito faltaram. Sílvia complementou que das vagas  
271 destinadas a pessoas que se não conseguiram se inscrever on-line, principalmente  
272 usuários/as, só dezenove não compareceram. Nesse sentido Lourdinha continuou que  
273 considerou muito positivo, visto que, num universo de duzentos e três inscritos/as apenas  
274 quarenta e sete faltaram. Isto foi considerado um ganho pela conselheira. Explicou que foi  
275 usada uma estratégia para garantir o maior número possível de participações. Considerando  
276 a importância de garantir o maior número possível na Conferência, tendo em vista que



277 dentre outras haverá a discussão do Plano Decenal da Assistência Social, todos/as os/as  
278 suplentes de delegados/as serão chamados/as a participar. (ressaltando que só os  
279 segmentos de trabalhadores/as e usuários/as tiveram suplentes porque no segmento de  
280 entidades estiveram apenas vinte que é o número de vagas para titulares do segmento). O  
281 entendimento era de que, havendo faltas, porque sempre acontece, sejam preenchidas  
282 imediatamente. Outra estratégia considerada positiva foi a da Comissão da Conferência de  
283 permitir inscrição presencial, de modo que houve a inscrição de mais quinze pessoas. Do  
284 ponto de vista da palestra, Lourdinha considerou como ponto alto a palestra proferida pela  
285 Dr.<sup>a</sup> Tânia Bacelar, especialmente porque permitiu a compreensão do que está por trás das  
286 decisões da retirada de direitos. Ainda avaliou a forma tranquila como foi equacionada a  
287 demanda dos Conselheiros Tutelares por vagas na Conferência. Por fim, o peso maior que  
288 representa a Conferência, que é quando ocorrem as discussões em grupo. E o desafio de  
289 mobilizar as pessoas, tanto a gestão como a sociedade civil, para participarem e  
290 contribuírem nesses espaços. A Conselheira Andréa Mascarenhas corroborou com a  
291 avaliação quanto à palestra da Dr.<sup>a</sup> Tânia Bacelar que representou uma verdadeira aula e  
292 como foi tranquilo o processo de escolha de delegados/as. Como ponto negativo considerou  
293 a dificuldade para algumas pessoas se disporem a se candidatar como delegado/a. A  
294 Conselheira Valéria que se considerou contemplada na fala anterior, também destacou a  
295 palestra que a desafiou a estudar e buscar entender mais. Também reiterou a dificuldade  
296 para a escolha de delegados/as. O Conselheiro Itamar destacou que considera que o que  
297 tinha sido proposto fazer foi dado conta. Por outro lado avaliou que a questão do custo foi  
298 muito valorizada de modo que chegou a prejudicar a escolha de delegados/as.  
299 Considerando que foram duzentas pessoas para escolher cem delegados/as, isto quer dizer  
300 que a metade dos/as presentes teria que se dispor a sair como delegados/as. Nesse sentido  
301 ressaltou que o processo todo deve ser revisto, sendo orçado, não só o custo financeiro,  
302 mas também qualitativamente o que se deseja. Ricardo Rattacaso complementou lembrando  
303 que em Conferências anteriores o Colégio Vera Cruz não cobrou nada e dessa vez o preço  
304 ficou mais caro do que o Hotel. Além disso, vários outros espaços foram procurados para a  
305 Pré-Conferência. Uns responderam não, outros nem responderam. O conselheiro Itamar  
306 continuou problematizando qual forma pode ser pensada para as próximas Conferências  
307 para que o processo seja mais abrangente. Referindo também a palestra da Dr.<sup>a</sup> Tânia  
308 Bacelar, o conselheiro também considerou positivo, no entanto, entendeu que ficou faltando  
309 o contraponto, trazendo mais para a realidade. Faltou a incidência política no controle social,  
310 ficou só nos dados. Não querendo dizer que não foi suficiente, mas que poderia ser mais  
311 amplo. A Conselheira Kadja também avaliou que é necessário rever o modelo, até antes de  
312 chegar à Pré-Conferência. Sempre no ano da Conferência começar cedo trabalhando a  
313 questão das vagas e do conteúdo para que as pessoas cheguem já com alguma bagagem,  
314 de modo a oportunizar que haja uma participação mais qualificada, com as pessoas  
315 querendo ser delegados/as, especialmente os/as usuários/as. Ricardo Rattacaso interveio  
316 lembrando que o CNAS envia os temas muito tarde. Então não há como levar para a base  
317 uma discussão da Conferência sem saber qual vai ser o tema. A Conselheira Maria do  
318 Livramento (Lívia) contribuiu referindo que concorda com a fala do Conselheiro Itamar, que  
319 Conferência é o momento de conferir. Continuou expondo que de fato o tema chega muito  
320 em cima, porém, política é o fazer e pode ser feita a discussão tomando por base as  
321 decisões tomadas na Conferência anterior ou o Plano Decenal. Seguiu avaliando  
322 concordando com a Conselheira Kadja quanto ao processo de preparação, e acrescentando



323 que não existe a prática das entidades de discutir, o que resulta no fazer sem  
324 responsabilização, e que é responsabilidade de quem está hoje nas instituições incluir as  
325 discussões do ser político, trabalhando os eixos ao longo do ano. Lembrou que foi pedido  
326 que em cada sala fosse trabalhado o que foi apresentado na última Conferência para  
327 verificar o que já foi alcançado e o que não foi e o que precisa para continuar. A Conselheira  
328 Elizabeth (Beth) complementou que tem havido um esvaziamento nos conselhos e fóruns,  
329 que significa o desafio para reverter esse quadro. Lourdinha ressaltou que essa Conferência  
330 pode dar um norte importantíssimo e isto demonstra como se faz necessária a instalação do  
331 Fórum da Assistência Social e pode estar saindo como proposta nesta Conferência. O  
332 Conselheiro Osvaldo fez sua avaliação destacando que considerou a Pré-Conferência  
333 elitizada porque vários usuários chegaram a se queixar sobre a inscrição via internet. A  
334 Conferência é um processo de discussão entre o poder público e a sociedade civil e não  
335 pode ter um limite para a participação. A falta de usuários, no entendimento do conselheiro,  
336 tem a ver com a falta de mobilização por parte dos CRAS. No seu entendimento a Pré-  
337 Conferência já aconteceu com jeito de Conferência, por conta da estrutura e da próxima vez  
338 deve fazer mais próximo da comunidade. Ricardo Rattacaso retomou trazendo uma  
339 explicação de que a presença de um maior número de pessoas não representa sempre uma  
340 participação ideal porque muitas pessoas levavam um quantitativo grande de pessoas  
341 apenas com o fim de que votassem nelas como delegado/a, tanto que quando ia ser feito o  
342 credenciamento a pessoa já dizia: “eu quero meu lanche, minha bolsa e a passagem” e,  
343 antes que se conseguisse tentar motivar para as discussões, perguntavam: “já posso votar  
344 em fulano?” porque não sabia por que estava lá. E complementou que o espaço de um hotel  
345 é o espaço da comunidade. Encerradas as avaliações Lourdinha informou que caso algum/a  
346 conselheiro/a tenha alguma sugestão ou contribuição para a Conferência, pode encaminhar  
347 para a comissão da Conferência. Então, passou a apresentar como está programada a **XI**  
348 **Conferência Municipal de Assistência Social do Recife**, como será a composição da  
349 mesa e a programação nos dias vinte e sete e vinte e oito desse mês. Também já foram  
350 selecionadas as facilitadoras dos Grupos de debates. Tendo em vista que ainda não foram  
351 repassados os temas para debate, a Conselheira Maria do Livramento (Lívia) reiterou o  
352 pedido para que a Secretária Silvia envie as deliberações da última Conferência para o e-  
353 mail de todos/as conselheiros/as, inclusive os/as novos/as, para que possam avaliar o que  
354 foi alcançado e o que não foi, assim como os desafios do Plano Decenal que serão  
355 apresentados por Ana Rita Suassuna. Ricardo ficou de ver com Laurisabel o que está sendo  
356 preparado para enviar para o e-mail. A apresentação Cultural será no encerramento. Foi  
357 proposto que seja feita após o intervalo do almoço. Está sendo esperada a resposta do  
358 Daruê Malungo que ficou de responder até amanhã. A Conselheira Valéria lembrou que há  
359 disponibilidade de o CERVAC se apresentar, ficando acertada a decisão pela Comissão a  
360 ida deste grupo. Lourdinha fez a leitura da programação e pediu aos/às conselheiros/as para  
361 darem um suporte, participando por eixo, que poderá ser escolhido de acordo com o  
362 interesse de cada um/a. **3. Processo eleitoral d\la Sociedade civil – biênio 2017/2019; 4.**  
363 **Informes Gerais.** e enumerou  
364 Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, a Presidente Maria de Lourdes de Sousa  
365 (Lourdinha) encerrou a reunião às dezessete horas e trinta e cinco minutos e, para que tudo  
366 fique devidamente documentado, eu, Silvia Marroquim, Secretária Executiva do CMAS,  
367 redigi e digitei a presente ata, que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Pleno  
368 do CMAS. Desse modo